

## O Bravo e o Notável: heroísmo, nivelamento existencial e a superação do herói

Fábio François<sup>1</sup>

**Resumo:** Este é um exercício preparatório para uma reflexão sobre o tema do niilismo na contemporaneidade a partir do enredo da história em quadrinhos *Watchmen*, de Alan Moore e Dave Gibbons. Com base numa aplicação livre da hermenêutica existencial proposta por Martin Heidegger, considera-se a estrutura cultural do herói em sua função instauradora de horizontes compartilhados de compreensão ontológica, a qual se daria segundo uma dinâmica reiterável de contraposição ao perigo de desvanecimento destes horizontes. Ao fim, propõe-se que o esgotamento deste potencial instaurador encontra uma de suas expressões no gênero narrativo dos super-heróis.

Palavras-chave: Watchmen, Heidegger, Niilismo

*Abstract: This is a preparatory exercise for a reflection on the theme of nihilism in contemporaneity in the comic book storyline of Watchmen by Alan Moore and Dave Gibbons. Based on a free application of existential hermeneutics proposed by Martin Heidegger, it is considered the cultural structure of the hero in his building function of shared horizons of ontological understanding, which would happen according to a repeatable dynamic of opposition to the danger of fading of these horizons. Finally, it is proposed that the depletion of this building potential finds one of its expressions in a narrative genre of superheroes.*

**Key-words:** Watchmen, Heidegger, Niilism.

“O Super-homem existe e ele é americano”! Esta exclamação expressa a profunda transformação que marca de modo irreversível o mundo ficcional em que se passa a história de **Watchmen**. Nesta configuração possível dos fatos, o advento do Dr. Manhattan teria assegurado a hegemonia do Ocidente sobre todo o planeta, teria instaurado inovações tecnológicas que tornariam tudo que era significativo passível de se tornar obsoleto e teria alterado de modo aterrador nosso modo de compreender o mundo e nossa própria existência. Do muito do porque se pode dizer o quanto esta obra foi impactante no gênero das histórias em quadrinhos, é recorrente se observar que **Watchmen** mostra de modo verossímil e ricamente detalhado como seria o nosso mundo se ao menos um super-herói existisse de fato. Mas não seria impertinente perguntar, se o quadro que eu descrevi acima também não serve para descrever as mesmas perplexidades com que o mundo real se vê às voltas hoje em dia. É certo que em nosso mundo um “Super-Homem” como o dos quadrinhos da *DC Comics* não existe, mas parece incontornável admitir que no século passado o Ocidente impôs seu

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia (PPGLM/UFRJ), site: [www.fitak7.blogspot.com](http://www.fitak7.blogspot.com) email: [fitak7@gmail.com](mailto:fitak7@gmail.com)

modo de produção ao resto do mundo e assimilou todas as culturas em seu jogo de mercado, que os avanços da ciência cada vez mais desafiam o que tínhamos por natural e sagrado, que os parâmetros de sentido que dispomos para compreender nosso destino no mundo são relativizados e abolidos de modo cada vez mais trivial. Neste caso, talvez não fosse exato dizer que **Watchmen** mostra apenas como o mundo poderia ter sido, já que algo de decisivo e inquietante na contemporaneidade em que de fato vivemos parece estar em questão nas suas páginas. Ocidentalização e mercantilização da humanidade, avanço irrestrito e irrefreável da tecnologia sobre nossa liberdade, esvaziamento de valores, tudo isso conhecemos também em nosso mundo real e nada disso se explica por si mesmo no que tem de decisivo e inquietante. Talvez, portanto, o decisivo e inquietante se esconda no próprio elemento fantástico do enredo de *Watchmen*, o gênero narrativo que esta obra revolucionou e, implicitamente, tematizou o próprio esgotamento.

Protagonista de narrativas ficcionais fantásticas, o super-herói não existe. No entanto, o super-herói guarda alguma pertinência, que nos cabe elucidar, com o herói, o qual muitas vezes, existe e, pensam alguns, de um modo que nos desperta algum tipo de reverência. Deste modo, refletir sobre super-heróis pode nos ajudar a compreender a nosso próprio respeito, nós, que não existimos meramente como as coisas dispostas no mundo e indiferentes à própria sorte, mas que estamos empenhados no questionamento por nossa existência: quem somos nós, que ora questionamos? O que nos compete? Pelo que respondemos? O que se nos destina? Explicar como e por que este gênero narrativo surgiu nesta era e neste lado do planeta, especificamente na nação que conquistou a supremacia militar e econômica do Ocidente, pode nos ajudar a compreender muito da maneira como já estamos conduzindo este questionamento na nossa cultura.

Super-heróis guardam alguma pertinência com heróis. Que relação é esta? Estão heróis e super-heróis sob um mesmo gênero, como diferentes espécies? Seria os super-heróis uma evolução? Ou uma decadência? Se quisermos ser honestos neste primeiro momento do questionamento, temos que reconhecer que por enquanto dispomos apenas de palavras. E o que as palavras podem nos sugerir agora é que o super-herói é a superação do herói por alguém, ou talvez até mesmo algo, que não sabemos bem o que seja. Como e porque cabe e se impõe em nosso tempo a superação do herói, é algo que só podemos começar a discutir uma vez que tenhamos compreendido o herói em seus fundamentos e repercussões, quer dizer, elucidando o que é, de onde se origina e a que

se destina o herói.

## **1. Heroísmo na contemporaneidade: o herói cotidiano e o herói do passado recente**

Super-heróis não existem, mas heróis, em algum sentido, sim. Ou pelo menos, existem pessoas concretas cujos feitos e realizações são reconhecidos e recordados como ocasiões em que o heroísmo se dá. Na cotidianidade que nos é mais imediata, o heroísmo ainda não é uma ideia carente de relevância e força para motivar nossos projetos, atitudes e convicções. Há mesmo situações específicas em que o heroísmo é de algum modo esperado, eventualmente celebrado, e até mesmo exortado, como nas guerras e nos desastres naturais. Há profissões que parecem, por princípio, reivindicar em seus fundamentos mais puros, alguma disposição do profissional para com esta ideia, como seria de se esperar dos policiais, investigadores, bombeiros e militares. De modo geral, pensa-se que estas ocasiões e formas de vida combinam e confrontam, o perigo e a coragem. O confronto entre o perigo e a coragem não define o heroísmo, apenas é o que habitualmente consideramos ser a ocasião propícia para que ele venha a se dar.

Mesmo alguém que seja cético sobre as implicações morais e idealistas do tema, não vai recusar que ele gira em torno de pessoas específicas cujos atos foram interpretados como especialmente significativos por uma comunidade ou uma cultura, mesmo que seja apenas para esvaziar esta interpretação de fundamento e confirmação. Esta é uma questão que terá que voltar no curso deste exercício. Por ora, convém focar nestas pessoas que foram, ou podem vir a ser, heróis, o que elas fizeram ou que se lhes espera que façam.

Geralmente a objeção cética aqui vem a pretexto de uma crítica do Estado e das instituições militares, que recorrem de modo sistemático ao simbolismo ligado ao tema. Tentemos um exemplo, entre outros, que se fez reverenciar justamente por resistir à autoridade destas instituições. João Cândido Felisberto, o Almirante Negro. Quem foi João Cândido? Observemos que uma resposta a esta questão é tanto mais significativa quanto melhor nos conduz ao contexto em que João Cândido se faz digno de ser questionado, quanto melhor mostra que este contexto é algo que nos vincula e se faz ouvir. A frase-resposta da criança que memoriza para a prova, “foi o líder da Revolta da Chibata”, pode estar correta, na medida em que, no gabarito da prova, está previamente

ordenada à frase-questão “Quem foi João Cândido?”, mas pode não ter significado algum para esta mesma criança ou para o seu professor, se não os conduz ao resgate do horizonte compartilhado em que João Cândido diz respeito a ambos. Uma resposta interessante aqui requer um esforço de síntese do curso de uma vida em torno de um momento especialmente decisivo e das repercussões deste momento ao que antecede e convoca a quem pergunta e a quem responde.

Tentarei aqui um esboço. Negro, filho de escravos libertos, nasceu no interior do Rio Grande do Sul, oito anos antes da Abolição. Aos 14 anos, recomendado por Oficiais que contaram com sua ajuda na captura de um criminoso, ingressa na Marinha, onde se destaca pela disciplina e habilidade como timoneiro. Em 1910, revoltosos com a manutenção dos castigos físicos degradantes, marinheiros de diversos navios se amotina de modo coordenando, tomando o comando das respectivas embarcações e se reunindo numa esquadra rebelada que sitiou a capital do Brasil por 4 dias, exigindo, sob pena de bombardeio à cidade, que se extinguisse o castigo da chibata na Marinha, um resquício da escravidão que representava a continuidade da hierarquia racial dos oficiais brancos e de origem aristocrática em relação aos praças pobres e, em sua grande maioria, negros. João Cândido se destaca como líder, idealizando a revolta e comandando a esquadra revoltosa do Encouraçado Minas Gerais, maior navio da armada brasileira. Sem meios de defesa, o governo brasileiro aceita as reivindicações e concede anistia aos rebelados, nominalmente, ao menos. Nos dias e anos que se seguem ao fim da revolta, os marinheiros que tomaram parte da mesma são sistematicamente perseguidos, presos e torturados, mediante pretextos e subterfúgios que dissimulavam o intento premeditado de fazer com que pagassem pela ousadia anterior. Ainda por volta de 1910, João Cândido e outros 17 marujos são mantidos por 18 meses na Ilha das obras, recolhidos numa cela subterrânea escavada em rocha viva. No local é administrado cal virgem. Dos 18 ocupantes, só João Cândido e outro colega sobrevivem à morte por asfixia e condições degradantes. Depois de absolvido das acusações forjadas pelo comando da Marinha, João Cândido é expulso da corporação para viver discriminado e perseguido, sendo ao longo da vida repetidas vezes preso pelo pretexto da ocasião ou recolhido ao manicômio. Aos 89 anos morre no anonimato imposto pela Marinha a ele e a quem mais insistisse em recordar e esclarecer a Revolta da Chibata e o destino dos seus protagonistas.

Só recentemente tem sua memória e dignidade restauradas publicamente. No

contexto da já tardia tentativa que se verificou nos últimos anos de saldar a dívida histórica da escravidão no Brasil, manifesta na reivindicação por ações afirmativas e políticas de inclusão para a população negra brasileira, resgatar do esquecimento o legado do Almirante Negro se impôs como um imperativo moral. Em 2007 é determinada a inscrição do nome de João Cândido no Livro dos Heróis da Pátria, mantido na Praça dos Três Poderes, em Brasília. No mesmo ano é inaugurada nos jardins do Museu da República estátua em sua homenagem, que hoje está situada na Praça XV, Rio de Janeiro. Em 2008 é promulgada Lei que lhe concede anistia *post-mortem*. Permanece ainda pendente a reintegração do nome de João Cândido ao quadro da Marinha do Brasil, bem como a reparação civil para seus descendentes. Afinal, creio que hoje não falta quem acredite que João Cândido fez mais pelo Esclarecimento político no Brasil do que qualquer um dos tradicionalmente laureados patronos do Estado brasileiro que viveram em sua época. Na verdade, tenho certeza, eu mesmo tenho-me firme nesta convicção<sup>2</sup>.

Temos aqui uma resposta minimamente consistente à questão, “quem foi João Cândido?”. Ela se expressa numa história do passado mas que se faz ouvir no presente. Nós mesmos, enquanto brasileiros, temos uma história, que está em aberto e passa atualmente por acontecimentos decisivos, e neste caso, decisivos são acontecimentos que resgatam e recolocam em termos mais amplos e profundos nossa identidade como brasileiros. A história de João Cândido vincula a nossa, nos chama do passado e nos inspira para o futuro. Sua história não é uma sequência extensiva e arbitrária de acontecimentos, mas sim uma unidade narrativa coordenada em torno de um acontecimento decisivo, a Revolta da Chibata, que nos vincula no seu ecoar inspirador para as transformações políticas e sociais que se fazem hoje reivindicar. João Cândido é lembrado como alguém que, neste momento de decisão, recusou o habitual e o conveniente, e respondeu à situação em sua singularidade, com vistas às questões que hoje nos mobilizam: a justiça, a liberdade e a verdade. Resgatando o seu legado, recolocamos o horizonte de singularização em que questionamos pelo que nos é mais próprio, nós, brasileiros, que estamos aqui questionando. Por tudo isso, podemos dizer, que João Cândido é um herói para o nosso povo.

Duas condições, portanto, determinam o modo como nos remetemos aos nossos heróis e o modo como estes nos fazem chegar os seus feitos. O herói nos fala

---

<sup>2</sup> Hemeterio & Gadelha Neto, 2009.

através de uma história que nos vincula, nos fala de um passado que ainda se faz repercutir. E sua história nos vincula porque, assumindo o herói sua singularidade mais extrema, instaura o acontecimento a que remetemos a nossa própria singularidade histórica, que nos antecede e que se abre para as tarefas em aberto. Podemos fixar isso de modo mais sucinto: o herói, se fazendo ouvir do passado, nos convoca ao questionamento por nossa singularidade mais extrema e abrangente<sup>3</sup>.

Não teremos chegado a uma interpretação ampla e eminentemente crucial do heroísmo se não recuperarmos as intuições inicialmente apontadas. Indiquei que na cotidianidade mais imediata, a ocasião para o heroísmo era suposta nas situações e formas de vidas que confrontam o perigo e requerem coragem. O perigo e a coragem da casuística cotidiana, quero dizer, as coisas que especificamente consideramos perigosas, e os atos que especificamente consideramos corajosos, são interpretados nestes termos a partir de um perigo e de uma coragem fundamentais, no sentido de que seu confronto recíproco se dá por ocasião do questionamento por nossa singularidade histórica. Há portanto, um confronto primordial entre o perigo e a coragem radicado em nosso questionamento por quem somos. No curso desta investigação se pretende mostrar de modo mais convincente o que já foi insinuado de início, que somos a cada vez a possibilidade recolocada deste questionamento. Logo este confronto mais fundamental de perigo e coragem teria um teor ontológico.

O perigo que o herói confronta ameaça algo que nos é primordialmente significativo, algo a que o herói vem em socorro. O herói vem em socorro do indefeso, do injustiçado, da mulher e da criança, do filho, do sagrado. O que nos é primordialmente significativo é o que desempenha um papel nuclear e fundante nas práticas e contextos dentro dos quais encontramos familiaridade, o horizonte em que as coisas nos surgem em seu significado específico. Podemos chamar este horizonte de mundo, se com esse nome não tivermos em mente o sentido cosmológico da consideração da totalidade quantitativa de todas as coisas, mas o quadro de sentido em que as coisas são interpretadas como o que elas são e dentro do qual habitamos de modo nem sempre atento ao mesmo, no sentido em que, por exemplo, falamos de uma “visão

---

3 Este me parece um modo mais consequente de se compreender o tema da autenticidade existencial na obra de Heidegger do que aquele que com frequência recorre a algum tipo de convicção íntima, subjetiva, dogmática e arbitrária (como por exemplo, sugere Ernst Tugendhat (1994, p. 97)). A decisão por nossas possibilidades mais próprias de ser não precisa reivindicar o voluntarismo de um sujeito livre em termos absolutos, mas pode tratar-se apenas do resgate, na reverência e comprometimentos históricos, do contexto discursivo (ou seja, compartilhado) que é propício para perguntarmos quais são estas possibilidades, sem necessariamente ser uma resposta conclusiva e exaustiva deste questionamento.

de mundo”, quando queremos nos referir a este quadro. O perigo, aparentemente, vem de fora deste horizonte, o espreita no seu entorno, no que as coisas têm de opaco e desafiador a toda pretensão de sentido, no contra-senso, por exemplo, da ruína por força do tempo, da força irrefreável das catástrofes, da brutalidade da vida animal. Para enfrentar este perigo, é preciso ousar sair do horizonte de familiaridade que habitamos na maior parte das vezes e ir lá confrontar o perigo no não-lugar de onde ele nos desafia. A esta configuração mais evidente do perigo podemos chamar o desmundo.

O primordialmente significativo exposto a perigo é a nossa singularidade mais própria que, sempre, de um modo ou de outro, já se perdeu e nos chama do passado para o seu resgate. Deste modo, o perigo já sempre rondou e ameaçou horizonte de familiaridade em que vivemos e seu marco fundador, e há de cedo ou tarde prevalecer, o que por sua vez decide que o sagrado, já de início, seja o indefeso e o injustiçado. De algum modo, na fundação deste campo aberto em que habitamos e nos orientamos, o perigo já se infiltrou e se impregnou em todos os seus desdobramentos, portanto, em tudo que surge como familiar. Não vem só “de fora”, portanto, mas se insinua também aqui entre nós, no habitual, no banal, no genérico e no fungível, e corrói o que é originário e singular no esquecimento, no cinismo ou na hipocrisia. Por isto a coragem do herói precisa ser também a ousadia de desafiar o mediano, onde o perigo já nos espreita. Ao perigo nesta configuração podemos chamar o descaso.

Até aqui, segundo nos nossos resultados, paira uma ambiguidade no perigo e no horizonte de familiaridade que ele ameaça. Ele faz cerco a este horizonte, no desmundo, mas se insinua por dentro e a partir dele, no descaso. Não tenho ainda elementos para desatar esta dificuldade. Além disso, não esclarecemos porque o herói se faz necessário e isso mostra que não vislumbramos sua origem e seu destino. Sabemos que ele resgata e nos inspira a resgatar nossa identidade histórica do perigo que habita o opaco da natureza e a banalidade do esquecimento, mas não temos clareza do por que tal resgate foi um dia preciso, e porque é preciso ser retomado de tempos em tempos, o que é outro modo de admitir que não elucidamos ainda o perigo que está em questão. Com isto também não fica claro, para que precisamos ter coragem, qual o teor da coragem de que se carece, que coragem que a vida quer da gente. Nossa interpretação do que seja o heroísmo ainda se encontra indefinida.

## 2. Seguindo o rastro do herói mitológico

Talvez não tenhamos tocado ainda o tema na originalidade que nossos próprios resultados recomendam. Até então temos nos esforçado na interpretação dos heróis contemporâneos, heróis cujo engajamento de algum modo nos vincula. Mas considerando o que já obtivemos, estes heróis de um passado mais recente podem ser tão somente espectros de heróis primordiais, que nos falam da origem da nossa cultura. A antiguidade grega é recorrentemente trazida nesta maneira de pensar, porque se supõe que a origem do Ocidente remete à experiência existencial grega. Parece que não asseguramos uma compreensão consistente do herói, presente ou passado, se não argumentarmos a partir do herói primordial e mitológico da Grécia Antiga.

Ou talvez tenhamos insistido em elucidar o heroísmo como um fundamento que é discursivamente significativo para o nosso tempo, quando esta motivação pode ser de teor inefável e radicada no imaginário inconsciente, ou não-racional, da humanidade. Neste caso, o tema não comporta tanto uma problematização filosófica, mas tão somente um inventário antropológico das diversas configurações em que a estrutura do heroísmo aparece em diferentes culturas.

A primeira reivindicação é razoável, mas a segunda é apressada. E muitas vezes a primeira costuma rapidamente exaurir suas consequências numa abordagem pautada pela segunda. É certo que precisamos recuperar e compreender o quadro mitológico que a antiguidade grega, e outras culturas pré-ocidentais, nos oferecem para a recordação, a espera e o reconhecimento do herói. Não é certo, no entanto, que possamos esgotar o tema tão somente distribuindo-o em diferentes “formatos” a serem disponibilizados de modo indiferente e arbitrário à nossa própria condição, pois, pretendo já ter demonstrado, o questionamento acerca de quem nos mesmos somos passa pelo questionamento acerca do que é o herói, qual sua origem e destino. Com isso, quero dizer, decidir quem somos envolve tomar posição acerca da possibilidade que ainda possa restar de alguém ser heroico, e o tema não foi satisfatoriamente assegurado enquanto tal posição não for tomada. Com este cuidado em mente, podemos fazer uma rápida incursão ao herói mitológico e apurar se ele também nos convoca, no sentido até aqui desenvolvido.

O herói mitológico, talvez de modo mais excelente, também se faz falar a partir de uma história. Junito de Souza Brandão (1989, p.16-70), num ensaio introdutório a

diversos heróis gregos, delinea os diferentes momentos da estrutura da narrativa heroica, do que vou aqui dar um esboço no que me interessa de mais imediato. O nascimento é complicado e irregular, o que pode envolver o enlace de um deus com um mortal, dupla paternidade ou até mesmo incesto; pode envolver uma previsão de ruína por um Oráculo, que recomenda a exposição do recém-nascido ao abandono e à morte, do qual em geral é resgatado por pessoa humilde ou animal. O nascimento e as condições adversas de sobrevivência, ou feitos de infância, confirmam que o herói é marcado com as virtudes da excelência e da honra. Há uma educação iniciática que envolve separação da casa familiar, aquisição de um novo poder e retorno à comunidade para distribuição do novo bem. A destinação para o combate se impõe como o que lhes é mais essencial, o que não acontece com os deuses, dada a condição imortal destes últimos. Sua vida é marcada pelo excesso e pela violência, por vezes beirando à monstrosidade. Seu fim é trágico, coerentemente violento ou solitário. Sua glória é reconhecida e celebrada *post-mortem*.

O que parece mais distintivo do herói mitológico em relação ao herói contemporâneo é a sua ambígua condição divina. Sirvo-me ainda da consideração de Junito de Souza Brandão, que aponta esta controvérsia entre especialistas sobre a gênese do herói. O personagem heroico seria ou um homem célebre que após a morte ainda se faz influir pela proximidade com os deuses, ou deuses decaídos em tarefas particulares, ou afinal um gênero que abrange homens e semideuses. Não precisamos nos decidir por nenhuma destas hipóteses se apenas retivermos que o herói da antiguidade grega é pensado em comparação e confronto com os deuses. Eles não são idênticos e zonas cinzentas não recusam isso, antes confirmam o encontro de dois domínios. Mesmo o herói mitológico não é um deus, pois seus feitos ecoam do passado na forma de uma história, enquanto a ação dos deuses, se ainda se faz ouvir, é de modo atual e perene. O espanto e o inusitado que o herói representa é a constatação de que, de modo excepcional e contrariando a ordem cósmica, um homem manifesta os atributos que seriam próprios somente a um deus, e a questão que se coloca em seguida é como pôde ele nascer com tais atributos. O herói antigo manifesta um absurdo, que o mito tenta dar uma explicação predicativa: o herói, por filiação, proximidade ou oportunidade, compartilha com os deuses de certos predicados que decidem que o seu destino exceda de modo ímpar o que é esperado para o comum dos mortais.

Salta aos olhos a diferença entre a estrutura do herói mitológico, como está aqui

esboçada, e a minha tentativa de elucidar o herói contemporâneo. Este nos fala de uma história que consiste na interpretação de um percurso de vida a partir de um acontecimento especialmente significativo para a nossa liberdade, quer dizer, para o nosso discernimento de possibilidades não triviais de existência. Já o primeiro fala, supomos, ao homem antigo, de uma história posta em ignição por algum tipo de predestinação inexorável, a qual se desdobra de um advento que contraria a ordem natural das coisas, passa pela aquisição de um poder ou privilégio em proveito dos homens, e finda com a morte trágica do herói em reparação da ordem cósmica antes violada. Para o homem antigo, o confronto entre o perigo e a totalidade significativa por ele ameaçada não é posicionado num acontecimento, mas é radicado como um atributo do próprio herói. É o próprio herói que traz em si o perigo que refrata o horizonte de familiaridade que o homem antigo reconhece legítimo, e este perigo é a sua própria condição singular extraordinária, pela qual deve pagar a ousadia. Podemos chamar esta configuração trágica do perigo, que tem ocasião por obra, vocação e natureza do próprio herói, de desterro.

A superficialidade com que o herói mitológico foi por mim trazida aqui prejudica muito a análise, e torna todas as conclusões a respeito provisórias. Talvez o herói contemporâneo não tenha mais horizonte de diálogo com o herói antigo. Talvez eu tenha simplesmente errado na minha tentativa de interpretação existencial do heroísmo, e deva então prevalecer a interpretação estrutural e fatalista que os resquícios do herói mitológico sugerem.

Uma hipótese mais favorável para a minha argumentação é a seguinte. O herói mitológico descreve em sua trajetória inexorável todo o processo de advento e dispersão que incide sistematicamente em qualquer esforço de singularização existencial. Apontei acima a ambiguidade que eu não conseguia eliminar no perigo e no horizonte de familiaridade que ele ameaçava. Alguma singularidade mais eminente e primordial funda este horizonte e é resgatada do perigo pelo herói. De início o perigo parece rondar de fora, do desmundo, depois tive que reconhecer que o perigo espreita de perto, sob a forma do descaso, nos desdobramentos do que funda este horizonte, na própria presentificação das coisas enquanto as coisas que nos são familiares em nossas formas de vida. E o herói, então, precisava ter coragem, não só para dispensar-se desta familiaridade, como para eventualmente desafiá-la. Havia, no entanto, um passo que talvez não ficasse claro antes de se considerar a tragédia do herói antigo. O passo que

agora imagino é a possibilidade de que, ao pôr em suspenso tudo que é habitual e mediano e recolocar a ocasião para uma singularidade absoluta, o próprio herói instaurasse o perigo de não dispormos de mais nada que restasse específico e determinado, ou seja, significativo, um perigo que era tanto maior se aquela singularidade primordial e fundante que ele visava resgatar estivesse irreversivelmente entranhada na ordem natural que ele profanava e fosse, com o sacrifício desta, perdida. Um outro modo de dizer isto é que o esforço de singularização existencial desempenhado pelo herói, o qual buscaria justamente restaurar alguma consistência ontológica a nós mesmos, está fadado a degenerar num novo esvaziamento ontológico, que então poderia ser mais ou menos severo. O homem antigo sempre dispunha dos deuses para assegurar a perenidade do mundo e até mesmo para eventualmente restaurar as configurações do mesmo, caso fossem eventualmente abaladas. Deste modo, o herói mitológico ainda que trouxesse em si o perigo do desterro, nunca produziria tanto estrago, já que nunca seria ele próprio um deus, quer dizer, não teria ao seu alcance a tarefa instauradora que somente a este compete.

É um lugar comum dizer que em nosso tempo os deuses já não estão entre nós como outrora estavam. Não se trata aqui de uma postulação, obviamente errada, de que as práticas religiosas não ocorrem mais entre nós. A intuição aqui diz apenas que estas práticas religiosas não têm mais o papel instaurador dos horizontes culturalmente compartilhados de compreensibilidade das coisas e de nós mesmos como outrora tiveram. Se imaginarmos por um momento o caso extremo de uma cultura primordial em que todas as práticas sociais e produtivas eram reunidas e discernidas num todo coerente pelo mito, onde, desde a feitura de uma peça de artesanato até as tradições de acasalamento, todos os procedimentos publicamente tidos por adequados eram compreendidos a partir de um conjunto harmônico de ensinamentos legados pelos deuses, então é possível ter uma medida do quão distante estamos da solidez e consistência que esta maneira de ver o mundo tinha. Sem deuses para assegurar a ordenação da realidade, restou aos heróis a tarefa de instaurar novos mundos sob as ruínas do que eles próprios reiteradamente se apressavam em pôr abaixo, uma tarefa para a qual de modo algum estava claro que estavam capacitados.

Heróis, no entanto, já se o disse, não são deuses. Heróis, pelo menos estes que nos são mais próximos, são sem dúvida homens. Recai-se sobre eles a responsabilidade pela reinstauração reiterada, em intervalos cada vez menores, dos quadros ontológicos a

partir dos quais nos identificamos e confrontamos as coisas, considerando ainda que é o seu legado que nos vincula e nos convoca numa mesma singularidade existencial, é inevitável que esta responsabilidade seja compartilhada por todos nós e nos convoque numa mesma tarefa histórica, que se torna cada vez mais incomensurável e difícil de manejar.

### **3. Nivelamento existencial e niilismo**

É preciso agora expor e sistematizar as presunções filosóficas aqui em curso e constatar em que estado elas nos deixam a questão sobre a origem e o destino do herói, e em que medida se impõe em nosso tempo a superação do herói. Elas são elaboradas a partir de uma interpretação bastante livre de algumas considerações de Martin Heidegger em *Ser e Tempo* e outras obras. Não me atreveria, no entanto, em dizer que obtive um tratamento plenamente original destes temas. A interpretação do pensamento deste autor aqui em curso é proposta como livre no sentido de que não podemos aqui nos haver com o rigor da interpretação acadêmica. O intuito em curso é o mesmo que imagino estar presente nas obras do filósofo da Floresta Negra: reativar o esforço histórico desta cultura no questionamento ontológico, e portanto instaurar um diálogo com esta cultura como ela ora está entregue a cada um de nós, e não com um ou outro filósofo específico.

O perigo que o herói confronta e ao mesmo tempo promove, dele tenho falado de modo elíptico e é possível que não se possa falar dele de outra maneira. Este perigo não é nada de específico e determinado, mas se aproxima como uma vertigem que sugere a possibilidade de que todos os nossos projetos e tradições deem em nada, a possibilidade de que tudo o que é específico e determinado se reduza à irrelevância. Ele nos cerca sistematicamente sem se esgotar em qualquer ameaça concreta, e se antecipa às nossas iniciativas para sobrepujá-lo, se insinuando subreptícia e persistentemente nos desdobramentos destas, retornando incontornável quando mais precisávamos acreditar tê-lo vencido.

O que nós mesmos somos, é a cada vez alguém que se orienta num mundo configurado de modo familiar e inconspícuo, um quadro significativo dentro do qual as coisas já nos surgem interpretadas como algo que remete a outro algo segundo funções que se encadeiam em práticas e resultados tidos por adequados, importantes, prementes.

Em todo confrontar-se com as coisas ordinárias, mesmo o mais despercebido, descerramos previamente uma configuração de mundo e descerramos em três sentidos: primeiro, já compreendemos as coisas dentro de uma totalidade significativa através da qual projetamos possibilidades existenciais concretas; segundo, já estamos expostos e motivados por esta totalidade significativa, que de um modo ou de outro nos toca, vincula e nos faz chegar as coisas segundo determinações que nos dizem respeito; terceiro, ao nos deparamos com a presença das coisas, elas já estão interpretadas segundo parâmetros públicos e comunicáveis de compreensão e suscetibilidade<sup>4</sup>.

Alguém, por exemplo, que entra numa banca de revistas, já se defronta com o que encontrar ali segundo possibilidades, por exemplo, acompanhar sua série de quadrinhos predileta, possibilidade que lhe permite aguardar, aprovar ou recusar o que encontrar como uma revista em quadrinhos de um gênero ou autor específicos; este alguém já tem sua atenção e interesse chamados naturalmente pela seção de quadrinhos e em torno e através desta se orienta, entre a prateleira de palavras cruzadas e a de revistas esportivas; por fim, atualiza e constata as revistas que ali encontra, ou não encontra, segundo parâmetros compartilhados discursivamente, de tal modo que possa levar a revista que desejar ao jornaleiro e pagar por ela o preço anunciado, ou indagar a ele quando enfim vai chegar o gibi que tanto espera. Coisas só surgem como revistas e jornais, se houverem leitores e jornaleiros para lhes considerar e manusear assim. Coisas só surgem como papel e tinta, ou mesmo como átomos e energia, se houver alguém para compreendê-las nestes termos. Não contamos com as próprias coisas para dar fundamento último a estes parâmetros. Em alguma medida elas os confirmam e se deixam conduzir por eles, mas nas coisas sempre permanece a possibilidade de não se deixarem compreender e subverterem qualquer interpretação. Enquanto aquilo que é em si mesmo o que é, independentemente de qualquer interpretação por nossa parte, as coisas são o absolutamente incompreensível. Sob este aspecto das coisas recai e tenta dominá-las a ciência, nem sempre consciente de que ela por sua vez é ainda uma

---

4 Este terceiro aspecto do descerramento de mundo pode ser chamado de “linguagem”, se o for num sentido bastante lato de uma aptidão ampla para significar, ou seja, atribuir ou apreender significados compartilhados, o que compreenderia não só a linguagem em sentido estrito, verbal e escrita, mas também a significação tácita, como a expressão facial e o manuseio de um guarda-chuva num dia nublado. Para uma elucidação de como a significação também em sua forma tácita compõe a estrutura do descerramento mundano, é bastante esclarecedor William Blattner (2005, p. 67). Esta flexibilização terminológica se desvia de modo muito frontal das expressões que Heidegger usa em *Ser e Tempo* para discutir estes temas, mas não prejudica tanto a possibilidade de mantermos ainda diálogo com o pensador alemão, já que ele próprio depois revê sob novas perspectivas, para alguns muito obscuras, o que ele naquela obra tinha proposto a respeito da linguagem.

maneira de considerar que propomos à recusa das coisas. Arcamos com a responsabilidade pela configuração de mundo em curso, que pode a qualquer tempo se perder, se o esquecimento ou a catástrofe decidir um dia que não faz mais sentido para ninguém coisas como revistas, papel, tinta, átomos ou energia. Exercemos a guarda do mundo nos padrões e correções, no que é natural ou óbvio demais para ser questionado ou provado, e em último caso, se indagamos de modo nem sempre conveniente por fundamentos, ou também no que entendemos ser uma evidência apropriada, e, em última instância, na autoridade das tradições legadas pelos realizadores do passado, os heróis que despercebidamente já elegemos e seguimos os passos. Num primeiro momento, o perigo já nos rondou um dia sob a forma anteriormente apontada do desmundo, e foi aparentemente vencido por este herói consagrado publicamente.

Estes parâmetros impessoalmente assegurados impõem a sua força quando os passamos adiante despercebidamente no pronunciamento que se desliga da manifestação originária daquilo sobre o que se pronuncia e se propaga na fala amena e descompromissada que “dizem” e que “ouve dizer”; na busca inquieta e que não encontra satisfação pelas novidades que reatualizem a mesma maneira de ver atendendo a demanda por mais do mesmo, encobrando de modo prévio a singularidade de tudo o que venha a se manifestar; por fim, no nivelamento de tudo que se manifesta na indiferença do que “tanto faz”, tomando-se o primordial e o corriqueiro como fungíveis e se deixando em suspenso o questionamento pelo que é originário. Cotidianamente já calamos este questionamento no que “se diz”, no que “qualquer um gostaria” e no que “todo mundo sabe”. O pendor para generalizar atua na gramática categorial mais elementar. Enunciar num modo tido por mais exato é atribuir predicados, descrever aquilo que se enuncia por designações universais que em princípio designam diversas coisas, e tudo de que dispomos para falar são palavras que sempre guardam alguma generalidade, que eventualmente pode ser mal instanciada, e não poderia ser diferente, ou as palavras não poderiam ser passadas adiante, na fala de segunda mão em que, já de início, fomos treinados para seu emprego.

Por um lado, a fungibilidade das coisas e das palavras nos possibilita o compartilhamento das mesmas e o domínio crescente da natureza. Indagando pelo ente enquanto ente, ou pelo princípio da realidade, a tradição filosófica grega se tornou o berço da disposição cultural para a abordagem racional e não-dogmática da vida e do universo que se propagou por séculos e continentes e se reivindica hoje “Ocidental”.

Perguntando pelas leis e constituintes universais da realidade, a ciência manipula hoje a matéria das coisas no nível quântico que transcende as limitações físicas ordinárias e abre a perspectiva de que não haja limite para nossas capacidades e ambições. Promovendo de modo irrestrito o nivelamento de todas as coisas sob a equivalência monetária e orientando todos os processos produtivos para a troca de mercadorias, o comércio estabeleceu o canal mais poderoso de diálogo entre os povos apesar de suas respectivas idiossincrasias culturais e criou o contexto para se falar numa economia mundial que hoje une a sorte de todos no planeta numa mesma expectativa e assim insinua a possibilidade de se pôr de lado as rivalidades militares em algum futuro plausível. E em consequência não muitas vezes observada, atendendo a demanda sempre nova por mercados receptivos à livre iniciativa capitalista, as democracias nacionais subvertem as hierarquias e estigmas sociais e as castas tradicionais, propagando os ideais de um estado de direito que promova a isonomia jurídica entre trabalhadores, empresários, contribuintes e consumidores, e de uma sociedade civil forte que tenha acesso irrestrito à informação e ao uso público do discurso.

Por outro lado, quem nós mesmos somos, quer dizer, o questionamento por quem somos, já se perdeu e se dispersou a cada vez nas normas e padrões públicos com que acessamos as coisas. No âmbito público do discurso, que como aponte, é categorialmente orientado para a generalização das coisas, comparecemos de modo coerente com este fim, ou seja, mediante papéis sociais que já nos foram previamente designados, dirigidos a possibilidades existenciais disponíveis publicamente e sugeridas como as únicas apropriadas, e sob a suscetibilidade padronizada que a admissão nos agrupamentos solicita. O mediano é recomendado e nos dispensa do encargo de sermos alguém oferecendo a comodidade de sermos como qualquer um, o que em cada caso já foi decidido por todos e por ninguém. O soberano político e o legislador perdem sua encarnação física monárquica e passam a exprimir-se pela voz abstrata das autoridades representativas. Recorre-se com frequência à figura do homem médio como o parâmetro das definições jurídicas. Ganha voz crescente na política uma classe média que se reivindica sempre injustiçada. Distraídos, esquecidos, irrefletidos e acomodados, nos fiamos no que qualquer um faria e não nos perguntamos o que verdadeiramente importa, já que estamos só cumprindo ordens.

A própria força com que este questionamento é silenciado insinua uma nova vertigem que nos assalta em ocasiões e disposições peculiares e que se impõe de modo

surpreendente no nosso tempo. A indolência e indiferença da atitude irrefletida cotidiana impõem o seu nivelamento a tal extremo que nada de significativo se deixa mais mostrar, a ponto de corroer até mesmo as determinações da realidade. As características das coisas estão lá, é que parece, mas não nos dizem respeito ou nos tocam. A este esvaziamento cedem também todos os papéis com que até então nos identificávamos, que aparecem agora como funções vazias e arbitrárias, tão pouco essenciais quanto qualquer peça de vestuário. Esta impressão ganha força na angústia e no tédio que se interpõem eventualmente em nossa aptidão para tomar parte nas práticas discursivas em curso. A ciência nos descerra num mundo opaco e frio, refratário aos nossos valores e expectativas e que nos recusa até mesmo a liberdade da vontade no seu determinismo absoluto. O capitalismo absorve a totalidade das coisas, das pessoas e das culturas no seu projeto expansionista em que tudo em princípio pode ser apropriado e processado como mercadoria e assim mediado pelo equivalente de valor abstrato, alienando o homem da compreensão de que é ele próprio que dá significado às coisas através do trabalho e configurando o processo produtivo e a economia como sistemas mecânicos em que as coisas parecem remeter e atuar umas sobre as outras como dotadas de vontade própria. O que antes era definidor e decisivo para a identidade de uma cultura, como os marcos históricos e as localidades sublimes ou sagradas, é tomado indistintamente pelo turismo de futilidades que corre todo o planeta em busca do exótico e do vendável. A democracia representativa nos acomoda na omissão e burocratização que demagogicamente amarra as transformações sociais a que a política nos convoca. O legalismo nos dispensa do empenho autêntico na justiça e nos permite ignorar convenientemente as violações socialmente aceitas, por mais cruéis e extremas que elas se manifestem ao posterior juízo da história. Mais uma vez o perigo do esvaziamento ontológico retorna e com tal força que parece até por obra e responsabilidade nossas, na configuração que eu apontara acima como descaso. Recai sobre quem somos uma culpa por nada de específico e determinado, a culpa pela consolidação e avanço do próprio nada que o herói do passado, em seu sacrifício, parecia ter vencido.

Por esta culpa nos acusa o herói que estamos por escolher, de modo que a acusação, nós mesmos a sustentamos. Quem nós mesmos somos e do que nos desviamos para a generalidade das coisas é uma singularidade histórica em aberto e já em curso cuja consistência e sentido precisam ser reconquistados da medianidade por

um esforço de síntese narrativa. A culpa nos distingue de modo irreduzível e nos situa diante do futuro em sua pureza, despido de conveniências e atalhos, o mero porvir de nada em especial, ou seja, do mesmo e constante perigo que se nos confronta e nos solicita as possibilidades mais próprias até então encobertas pelo habitual e pelo conveniente. Tais possibilidades, se as houver, estão implícitas no acervo cultural que nos foi legado no acesso resumido da impessoalidade e precisam ser resgatadas no que nos tocam e nos dizem respeito através da revisão inquisidora e reverente do passado. Só assim quem nós mesmos somos pode se pronunciar num discurso que não é a mera descrição dos estados de coisas presentes, e que poderia em princípio ser proferido de modo indiferente e superficial, mas num discurso que presentifica toda a nossa dimensão existencial numa história singular. Só assim quem nós mesmos **pronunciar**. Observe que a estrutura compreensão, suscetibilidade e fala, que definia inicialmente o descerramento do mundo, e que então parecia genérica e formal, agora é elucidada como a articulação temporal entre futuro, passado e presente, ou seja, a articulação da história de alguém, no caso, não qualquer um, mas sim quem nós mesmos somos.

Deste modo, “a existência escolhe seus heróis” (HEIDEGGER, 2006, p.385), ou como sugere Hubert Dreyfus, dada a receptividade com que nos voltamos ao passado, o herói nos escolhe (DREYFUS, 1993, p. 330). Não foi por acaso que usei inicialmente o exemplo de João Cândido. Ele mostra que a convocação do herói e a nossa reivindicação por ele é um acontecimento que reinstaura a nossa história em novos termos, reconfigura o mundo em que habitamos e nos convoca à responsabilidade de nós mesmos sermos heroicos, quer dizer, confrontarmos o perigo que desafia e, deste modo, curiosamente, solicita o nosso ser mais próprio.

Talvez agora tenhamos deixado em melhores condições a ambiguidade confessada de início. Disse acima que o perigo ao mesmo tempo que fazia cerco ao horizonte de familiaridade que habitamos, também se infiltrava por dentro dele, em sua origem. Agora sabemos, este horizonte é legado por um pronunciamento decisivo que instaura nossa singularidade histórica e que é esquecido no que tem de decisivo e singular. Tal se dá porque este pronunciamento só pode se dar por ocasião e desafio do perigo ontológico do nada, em uma ou outra de suas configurações. Tão logo o perigo pareça afastado, o marco de constância erguido para se lhe resistir tende a se dissipar na força entrópica da cotidianidade, o que por sua vez recoloca o perigo sob a forma do

descaso, desta vez mais próximo e pregnante no que ecoa da própria instauração ontológica. Dá-se aqui algo análogo à descaracterização cultural das nações que assimilam outros povos através da expansão militar: vencendo e submetendo, o conquistador traz o conquistado para perto de si e se expõe à sua influência, que mesmo silenciosa e lenta, pode ser irreversível. Vencendo o perigo do desmundo e avançado sobre o não-lugar do território deste, o herói expõe suas obras à influência do mesmo, e quanto mais consolida posições, mais dá cenário para que o perigo configurado em descaso venha a qualquer tempo irromper, agora já não mais como alteridade, mas como uma identidade não muito palatável para se admitir.

#### **4. O herói sob o desafio do nada**

Ainda que em melhores condições, a ambiguidade persiste e desafia. Uma avalanche de questões agora desaba e todas elas giram em torno da dificuldade metodológica que a presente investigação enfrenta desde o início. Porque não permanecemos nesta condição autêntica e empenhada em nossa singularidade histórica? Porque sistematicamente cedemos à indolência cotidiana? Porque de tempos em tempos o questionamento existencial precisa ser novamente resgatado do esquecimento por novos heróis do passado? Porque o perigo do nada persiste sob a forma do descaso, a despeito e talvez até mesmo sob o favorecimento dos nossos esforços?

Todas estas questões reivindicam uma resposta bastante difícil de encaminhar porque ela está exposta ao próprio perigo cuja ação é ora questionada. Quero dizer que, se ficar constatado que a ação corrosiva do esvaziamento ontológico é incontornável, não temos nenhuma razão para supor que por algum momento conseguimos sair da sua ação quando propusemos o pronunciamento instaurador de historicidade do herói. Vê-se aqui como a investigação do niilismo é traiçoeira e pegajosa, podendo ceder a qualquer tempo aos tentáculos do seu próprio tema. A única estratégia que consigo entrever aqui é a seguinte. Mostramos que o herói, e sua ação instauradora, convoca e é convocado por ocasião do perigo, ou seja, mostramos que tudo o que é por ação do herói, ou seja, tudo o que é mais significativo, o é na medida em que recebe sua consolidação ontológica na proximidade e confronto com o nada. Mostramos ainda, que sem este confronto e proximidade tudo o que é perde esta consolidação, o que recoloca o mesmo confronto e a mesma proximidade com o nada de determinado que fora afastado de

início. Restaria perguntar, no entanto, se o perigo que temos considerado subsiste por si só, para além do ente com que lhe confrontamos, para além da ação decisiva do herói que lhe reconhece e lhe dá combate. Se a conclusão for negativa, poderemos sustentar que tão logo o perigo do nada esteja sempre presente, também sempre esteve disponível uma resposta para se lhe contrapor. Se mostrarmos que herói e perigo, ente e nada guardam algum tipo de reciprocidade, não teremos porque supor que a possibilidade de um nos privou da possibilidade do outro.

Isto ficará mais claro numa tentativa em pormenor de resposta. Dreyfus observa que o próprio Heidegger oscila de modo ambíguo entre duas linhas de explicação para este problema, uma estruturalista e outra motivacional. Por um lado, há em nossa determinação ontológica uma tendência estrutural para o desvio de nossa singularidade na absorção junto às coisas em sua generalidade e banalidade. Por outro, há uma tentação de fuga desta singularidade pelo desconforto que ela sugere (DREYFUS, *Ibid*, pp. 228, 313). Sem prejuízo da crítica do comentador quanto a clareza que o problema pede, é possível que uma resposta satisfatória precise se desdobrar nestes dois aspectos. Uma abordagem estrutural elucida o que antecede sistematicamente o questionamento e previne o mesmo da ilusão de que se mantém privilegiadamente fora da ação persuasiva da impessoalidade e do niilismo. Mas o vocabulário estruturalista, por vezes mais frequente em **Ser e Tempo** do que acredito ser necessário, dá a impressão de que as determinações ontológicas do ente que nós mesmos somos são de algum modo atemporais e objetivas, acessíveis a algum tipo específico de evidência e decididas em seu caráter e repercussão. Creio que isto conflita com a intuição que temos desenvolvido até aqui de que somos eminentemente históricos. Seja lá qual for o nosso modo mais próprio de ser, ele teve um advento e está entregue a um destino e não temos como nos posicionar de fora deste percurso como se ele nos fosse um fato indiferente diante da nossa distante consideração. Deste modo, a explicação motivacional pode servir para indicar de que modo estamos sempre já vinculados neste desvio persistente para a impessoalidade e como podemos nos colocar de modo livre diante seu domínio ou mesmo eventual supremacia.<sup>5</sup>

---

5 Discutindo mais de perto com Dreyfus, a tensão entre a explicação estruturalista e a motivacional pode ser apenas o indício de que a própria questão acerca do desvio sistemático para o descaso da medianidade precisa ser conduzida nos termos da temporalidade própria que articula o horizonte futuro em aberto, em que se distribuem possibilidades disponíveis, que podemos pensar como estruturas, e o acervo do passado que nos vincula na suscetibilidade, a qual se especifica em motivações para o desvio ou, eventualmente, o resgate daquilo de que se desviou. Isto sugere que a analítica existencial se resolve em hermenêutica no

Mencionei acima que a temporalidade singular a que o herói nos convoca projeta, a partir do perigo com que se confronta, o porvir de possibilidades mais próprias resgatadas do passado, as quais atualizamos no presente num pronunciamento decisivo. Disse também que este pronunciamento é peculiar porque não é somente a descrição de um estado de coisas, mas é o chamado à presença de toda a nossa dimensão histórica passada e futura numa unidade narrativa que nos diz respeito, numa história que reconhecemos como nossa. E com isso deixei a sugestão apressada de que o pronunciamento decisivo nunca é uma descrição de um estado de coisas. Talvez alguém pudesse mesmo sustentar isto, mas dificilmente poderíamos concluir que um tal pronunciamento está de todo livre de ser compreendido como um pronunciamento sobre as coisas, na medida em que a gramática da linguagem é sintaticamente estruturada para servir a tal fim. Todo pronunciamento, ensina a gramática mais elementar, fala de uma ou mais coisas, o sujeito, e fala algo outro que é relevante e que pode também ser falado a respeito de outras coisas, o predicado. Mesmo que uma frase não seja uma asserção, mesmo um pedido ou uma pergunta, modaliza de diferentes formas uma mesma estrutura proposicional que nos orienta a tomar e lidar com as coisas ordinárias como coisas que podem ser reunidas sob determinações gerais. É verdade que a linguagem natural não se articula de modo tão distinto quanto se vê nos livros de gramática ou de lógica, mas é verdade também que mesmo uma palavra que em certos contextos funciona como uma asserção, tal como “Fogo!”, pode ser a qualquer tempo trazida a análise e elucidada como a identificação de um objeto específico, no caso, o prédio em que o falante ora se encontra, e a atribuição ao mesmo de um estado ou condição que outras coisas podem em princípio também instanciar, no caso, estar em chamas. É isso o que permite que um proferimento possa ser comparado com outros contextos além do que é proferido, de modo a ser tido por relevante (dizer que o prédio está em chamas é relevante para uma dada comunidade que compartilha uma compreensão das coisas em termos de prédios e de fogo, e que está exposta às possibilidades abertas pelo que a combinação destes dois modos de interpretar descobre)<sup>6</sup>.

Não temos porque pensar que o pronunciamento decisivo do herói, o

---

sentido de empreender um esforço de restauração de singularidade histórica, tal como o que se dá na consideração do herói do passado recente, descrita ao início do texto. Uma tentativa de se conduzir o problema nos termos sugeridos é implementada a seguir.

<sup>6</sup> Nietzsche observa algo semelhante numa ocasião em que trata do que chama “vulgaridade”, a qual se fundaria na necessidade dos homens entrarem em acordo linguístico sob o semelhante, acordo cuja possibilidade é radicada na linguagem, e cuja necessidade cresce por ocasião de situações de perigo concreto (Nietzsche, 1886, p.268).

pronunciamento que profere e invoca a extrema singularidade, estaria livre deste caráter formal. Se tal possibilidade sempre existe, então ela sempre existiu, quer dizer, estava disponível desde o início, na sintaxe categorial da linguagem, a qual articula nossa compreensão de ser com a nossa suscetibilidade ao que é. Ou seja, a possibilidade de incorrer na generalização é radicada no próprio descerramento, mesmo quando este é assumido em sua singularidade histórica, na medida em que esta singularidade precisa se pronunciar e, deste modo, articular-se em palavras que são por princípios fungíveis e disponíveis a serem passadas adiante no descaso da impessoalidade<sup>7</sup>.

Acontece que, assim como o perigo que se pretendia vencer, a singularidade para que nos convoca o herói, também não é nada de específico e determinado, mas justa e tão somente um modo de especificar e determinar que é irradiado de uma origem para um destino e cuja unidade só pode ser restaurada num novo especificar e determinar orientado e suscetível segundo possibilidades. Cada reconfiguração histórica do mundo não muda necessariamente a substância deste mundo. Esta pode mudar por acontecimentos ou descobertas mundanos, que confirmam ou recusam fatos específicos. Mas o pronunciamento decisivo que resgata acontecimentos ontologicamente instauradores não acresce nem retira fatos do mundo, ele reinterpreta os mesmos fatos numa disposição mais coerente com o que passado nos lega e o futuro nos solicita. Não se descobriu no século XXI fatos novos sobre a Revolta da Chibata, o que se fez foi reinterpretar a Revolta da Chibata como acontecimento vinculador, retirando-a da negligência tácita imposta pelo que “todo mundo sabe” e dando-lhe os contornos e a elevação do que inspira a cada um de nós. Quando a nossa singularidade mais própria é convocada e reunida, ela não se soma às coisas específicas e determinadas dispostas no mundo, como se fosse ela própria outra coisa específica e determinada, mas ao invés, ela se “vê” no entorno destas coisas, desdobrando-se em possibilidades motivadas projetadas sobre estas mesmas coisas, até o confronto com a impossibilidade peremptória que se lhe descerra como destino. O modo mais casuístico em que este ver-se um mero entorno das coisas se apresenta é a perspectiva da morte, acontecimento

---

7 Foi isto também o que encorajou um mau encaminhamento de alguma filosofia da linguagem que propunha como função semântica de qualquer palavra denotar objetos, ao custo de propor até mesmo objetos abstratos que supostamente corresponderiam a palavras que não teriam uma função denotativa muito clara, tais como verbos, designações de propriedades ou até frases inteiras. Não é absurdo por si só propor a consideração de objetos que não sejam evidentes no mesmo sentido em que os objetos ordinários o são, se tal consideração for inevitável para elucidar as práticas discursivas em curso. O problema é concluir apressadamente que toda a função da linguagem se esgota na possibilidade de denotar objetos, uma possibilidade de fato sempre presente no enunciado, abafando tacitamente outras possibilidades existenciais do discurso que são justamente as que a impessoalidade tende a encobrir.

porvindouro incontornável, no qual as coisas prosseguem no que elas são sem mais abrirem possibilidades para nós. Esta perspectiva se insinua como uma vertigem, da qual, naturalmente, tendemos a nos esquivar<sup>8</sup>.

Esta é a intuição que o herói mitológico havia nos legado. Convocado em razão do perigo, quer dizer, convocado pelo perigo, o herói nos convoca a nada definido, e deste modo, recoloca o perigo do nada, agora sob a configuração do desterro, indicada anteriormente. É do perigo posto pelo próprio herói, é da gravidade existencial que ele institui, que fugimos para a segurança tranquilizadora da familiaridade compartilhada junto às coisas. “Nada”, aqui, portanto, não pode ter tão somente o sentido de um nada modal, do que simplesmente não existe, não é o caso ou não se atualiza, do modo em que dizemos que não há nada que possa ser determinado pela ideia de unicórnios, pois este é um “nada” que nos deixa acuados, a ponto de nos pôr em fuga. E no entanto, é um nada no sentido predicativo, aquilo que recusa e resiste a todo e qualquer predicado. Não é algo que seja o caso, mas apenas que estejamos entregues ao que é o caso, no sentido de estarmos expostos a possibilidades abertas a partir do que é o caso<sup>9</sup>.

Nada que nos cerca e ameaça no entorno de onde estamos tranquilos junto às coisas, nada que se insinua entre nós onde estamos tranquilos junto às coisas, nada que convoca o herói e tem nova ocasião na ação deste que reinstaura o horizonte onde esperamos ficar tranquilos junto às coisas. Nada que nos assombra por ocasião de alguma coisa, que solicita a coisa e se faz ouvir na proximidade dela. Por este nada também perguntamos, quando perguntamos pelo fundamento último da coisa. Porque existe alguma coisa ao invés de nada? É o questionamento tradicional da Metafísica Ocidental. Nele se esconde e se cala por trás da coisa um questionamento outro, que lhe

---

8 Não tenho como desenvolver isto agora, mas é importante notar, que o que o herói defende é o já perdido, uma vez que o perigo nos antecede. É desta perda que nos esquivamos. Enquanto perda, é um acontecimento temporalmente singular, pelo que a vinculação histórica que ecoa desta perda nos pesa. Uma perda primordial inaugura e mobiliza a linguagem que foge para a amenidade e para a deambulação. O próprio acontecimento desta perda é perdido, na medida em que nos amarra de um não-tempo e um não-lugar nos quais nada ainda era (num sentido predicativo que aponto a seguir). É portanto um acontecimento que só pode ser resgatado enquanto projeção, conjectura, talvez até com a desconfiança com que a psicanálise interpreta o sonho, na medida em que por princípio recusa e foge do registro e da determinação. Este esforço de compreensão pode ser a direção consequente que ultrapassa a metafísica tradicional e adentra um novo pensar, por ora, esboçado como hermenêutica do imaginário da humanidade.

9 No entanto, se a nota anterior procede, e aquilo que a linguagem contorna for uma perda, então o sentido modal de “nada” também tem sua pertinência. Um motivo para a ambiguidade aqui é que estamos acessando as coisas numa densidade semântica muito primitiva, na qual as distinções não estavam ainda elaboradas. Outra hipótese é que o que estamos tentando elucidar é algo que se faz valer da própria ambiguidade para se esquivar. Sob a cortina da palavra “nada” pode estar oculta a própria ruptura através da perda do nada predicativo pelo nada modal, a negatividade que inaugura a predicação (ser um predicado implica não ser outro).

sustenta: o ser como questão. O perigo que todos temos contornado é o perigo de ser e de questionar pelo ser.

## 5. A superação do herói

Durante as próximas passagens, por um momento, estarei tateando em hipóteses projetadas num domínio muito difícil de se discernir, lá no não-lugar que não se compreende. No momento, é impossível para mim ser sistemático no que se segue como eu estava tentando até agora. Alguma aporia, no entanto, é inevitável por hora e é o que justifica trazer ao questionamento o gênero narrativo dos super-heróis e a obra que lhe constatou o esgotamento, **Watchmen**.

Há um pressuposto procedimental proposto por Heidegger para não se deixar esgotar de imediato o questionamento pelo ser numa resposta em termos de ente. Tal pressuposto, a diferença ontológica, se for conseqüente, aponta para um enfrentamento histórico do questionamento metafísico, que em algum momento passou por cima dele e propôs que há o ente, e não ao invés o nada.

O mais anterior esforço em se elucidar e formalizar a estrutura categorial do discurso se deu no questionamento ontológico levado a cabo pela antiguidade grega em torno do ente e da substância. Isso por vezes dá a falsa impressão de que tal estrutura, e as formas de vida que ela condiciona, era até então privilégio desta cultura e, por legado, da nossa. Mas não pode ser assim, ou as outras culturas antigas, ou autenticamente não ocidentais, não nos chegariam como chegam através dos esforços da arqueologia: civilizações que dialogam com a nossa através de palavras e coisas exibíveis de modo publicamente significativo para além dos contextos historicamente singulares em que tiveram lugar. A categorialidade do discurso já estava dada nestas civilizações ao menos como possibilidade. Compactados nesta possibilidade, que se pronuncia inicialmente como mito, estavam o ente em geral, o mediano e a ação instauradora e perigosa do herói. Sem o mediano a lhe dar suporte, não há o ente em geral. Sem o herói para lhe acusar e legar, não há o mediano. Sem o perigo do ser a lhe convocar, não há o herói.

Esta possibilidade ganha voz explícita na tradição metafísica grega e alcança hegemonia em nosso tempo. É a civilização organizada em torno dos direitos do homem médio, da ciência das leis genéricas e universais, e do modo de produção da mercadoria

que dominou todo o planeta. Tudo leva a crer que a ação instauradora do herói já cumpriu o seu papel, que o perigo foi vencido pela segurança que as coisas que ele nos legou em sua objetividade, exatidão e livre circulação deveriam nos inspirar. “Tudo leva a crer” quer dizer, tudo em redor é organizado para nos sugerir que o herói não é mais necessário. E no entanto, paradoxalmente, há aquela vertigem. Por meios oblíquos e viciosos o heroico é exortado em cada um de nós para que sua força criadora seja empregada de modo bem comportado e conveniente. Fomenta-se o empenho na campanha, a procura pelo produto, a expectativa pela novidade. A voz impessoal solicita: participe, se inscreva, denuncie, matricule-se, aliste-se, invista, compre, beba, fale sem limites. A demanda cresce em volume e urgência, indicando que o potencial instaurador do herói, e a ontologia do ente predicativo que lhe é correlata, estão se exaurindo<sup>10</sup>.

Um dos muitos indicativos do esgotamento de que tratamos aqui pode ser o advento historicamente recente do gênero narrativo dos super-heróis. Observamos de início que, até onde podíamos analisar, o super-herói era a superação do herói. O papel ontológico do herói, o qual tentamos mostrar no que se seguiu, tradicionalmente passou despercebido no debate metafísico ocidental. Isto é até certo ponto natural, na medida em que em grande parte nos servimos das coisas segundo interpretações que permanecem implícitas enquanto atendem às possibilidades pretendidas. Não nos damos conta do controle remoto da TV durante o seu uso regular, a não ser que o mesmo não esteja ao alcance imediato, ou não funcione a contento. Podemos, é claro, a qualquer tempo tematizar premeditadamente o controle remoto de modo explícito, enquanto algo que subsiste por si diante das mãos. Tal consideração explícita não parece tão simples em se tratando do herói e de todos os conceitos com repercussões ontológicas. Porém, cultiva-se em nosso tempo um gênero narrativo ficcional em que o herói é tematizado como algo que faz jus a um acréscimo de potencialidades. Vimos, por outro lado, que o herói se faz ouvir a partir de uma narrativa. A narrativa do herói é verídica, pretendemos, num sentido primordial. A do super-herói é ficcional, mas parece disputar a proeminência com a narrativa do herói, na medida em que introduz um protagonista que lhe supera. A demanda ficcional pela superação do herói pode ser o sinal mais

---

10 Bernardo Soares (Fernando Pessoa), num trecho do seu *Livro do Desassossego*, descreve de modo ricamente ilustrado e contundente o nível extremo e irreversível a que o esvaziamento ontológico chega em nossos dias e o conseqüente exaurimento do potencial reinstaurador da cultura ocidental (Pessoa, 1982, p.175).

alarmante de que ele já não mais esteja a altura da sua função instauradora.

Em que sentido o super-herói supera o herói, podemos entender considerando uma objeção que alguém pudesse ter levantado contra esta maneira inicial de conduzir a questão. Alguém poderia ter dito que, ao invés de superar o herói, o super-herói celebrado pela imaginação coletiva do século XX é tão somente o mesmo herói tradicional, agora com seu mesmo potencial ampliado, em coerência inclusive com as grandiosas realizações humanas da contemporaneidade. E seria compreensível, que assim o fizesse, já que nominalmente o super-herói é assim anunciado. Acho que já dei a entender minha desconfiança com a alegada suficiência das vertiginosas realizações do homem contemporâneo. De fato, o super-herói vem a ensejo de se equiparar com elas e, assim, dar-lhes respaldo ontológico. Isso por si só já seria um indício do quão distante ele está do chamado do herói à singularidade. A demanda que o super-herói vem atender, desde o seu surgimento nas histórias em quadrinhos até a repercussão noutros meios, é a guarda e a manutenção da medianidade, como pretendo demonstrar.

Tomemos o super-herói primordial e paradigmático. Nas animações de Max Fleischer, o Super-Homem recebeu uma descrição hoje clássica, que define a ideia básica do personagem com tanta clareza e força, que, de certa maneira, permanece como a enunciação mais emblemática das pretensões deste gênero narrativo:

“- Olhem lá no céu! - É um pássaro! - É um avião! - Não! É o Super-Homem! Mais rápido do que uma bala, mais poderoso do que uma locomotiva, capaz de saltar altos edifícios com um único salto, este assombroso visitante do Planeta Krypton, o Homem de Aço: Super-Homem! Dotado de extraordinária força física, Super-homem trava uma batalha sem fim pela verdade e pela justiça, sob o disfarce do moderado repórter Clark Kent” (Siegel & Shuster, 2007).

Começa-se com uma exortação. Somos solicitados à consideração das coisas mais elevadas. Mostra-se o sublime da natureza dando lugar ao sublime mecânico. E então, toda eminência dá lugar a um homem anunciado como excepcional. A enormidade de suas capacidades é medida em comparação com as forças tecnológicas que avançam irrefreadamente sobre nossas vidas: o projétil, o trem, o edifício. Advindo do mais distante e estranho, de um planeta desconhecido no frio insondável do espaço, este assombro se faz familiar no aço, o material que simboliza a segurança que atribuímos às realizações do nosso tempo. Afinal, o demasiado se põe a um dúbio serviço: a luta pela verdade e pela justiça, encoberto sob o disfarce da medianidade.

Este herói não fala mais de um passado que nos vincula. Ele é a voz de algo presente que nos atropela e com o que atropelamos o mundo: a força, a velocidade, o progresso. Este herói não confronta mais um perigo que nos antecedia de modo

constante. Ele introjeta e personifica este perigo até torná-lo inofensivo. De modo tácito, a obra artificial é eleita o parâmetro de toda a grandeza, ofuscando a infinita natureza que outrora nos confrontava incompreensível. Não há mais o incompreensível, a mais vertiginosa alteridade do desmundo, esta que nos contemplava do “silêncio eterno dos espaços infinitos” e que assim nos apavorava, ela agora se faz a matéria genérica do ruidoso e do concreto que nos fortifica. E quando por um momento nos é prometida a verdade e a justiça, tal promessa se frustra, sob a dissimulação que protege o homem comum das consequências eventuais de tudo aquilo que excede<sup>11</sup>.

O dogma da identidade secreta é um dos elementos mais tradicionais no gênero narrativo dos super-heróis e só nos últimos 20 anos tem encontrado distensão. Mesmo as ocorrências dissonantes mais notáveis compunham a ausência deste elemento com algum recurso que empenhava os personagens no modo de vida padrão (como o Quarteto Fantástico da *Marvel Comics*, cujas histórias exploravam, nos bastidores das aventuras, o cotidiano de uma família de classe média). Alegadamente, o recurso era explicado porque sem resguardar sua identidade civil sob a máscara, o super-herói estaria exposto e vulnerável em sua vida pessoal ao peso da fama ou à represália dos inimigos. Outra motivação podia ser a humildade e a timidez, com o que o super-herói não se dava ao perigo da vaidade e do proveito pelo mérito de suas ações, mantendo protegida a sua virtude na posição do benfeitor anônimo. Bem rápido se percebeu que a identidade secreta era o “super-poder” mais decisivo do super-herói, a tal ponto que ainda com o advento do Super-Homem em 1938, seu ancestral, o vigilante mascarado dos *pulps*, invade também os quadrinhos distribuído em diversos personagens dotados apenas dos talentos humanos desenvolvidos a um nível máximo porém acessível ao um homem normal. O super-herói não precisava necessariamente ser um semideus, se ele pudesse a qualquer tempo refugiar-se sob a fortaleza do homem comum.

A verdade e a justiça que se recusaram com a identidade secreta era aquela verdade e justiça trágicas da vinculação existencial ao perigo de ser que o herói nos legava do desterro. Ao tirar a máscara, o super-herói se despe do heroico e de todas as suas repercussões mais graves, de tudo aquilo que não era nada de determinado ou

---

11 O Super-Homem dos quadrinhos não seria a superação do homem, tal como o super-herói é a superação do herói? A superação do homem é uma hipótese filosófica homônima da qual o personagem dos quadrinhos marcou gritante dissonância. Quem exige a superação do homem é o pendor heroico. A superação do herói cala este pendor e o reverte de volta ao homem, que supostamente estava por se superar. Mediado pela superação do herói, o Super-Homem da *DC Comics* é a própria inversão do chamado à elevação, e portanto, o melhor disfarce para o homem conformista que silenciosamente conquista toda a Terra.

específico que o herói confrontava, atendia ao desafio e reinstaurava o risco, a pura e vazia responsabilidade por um percurso temporal singular. Ao tirar a máscara o super-herói se emancipa, e nos emancipa a todos nós, do peso da singularização, resguardando o homem moderado que domina toda a terra com projéteis, locomotivas e edifícios. O que se mascara e disfarça é o perigo na forma do descaso. Quando este elemento se consolida, o super-herói passa a ser recrutado para o conservadorismo e a manutenção do tradicional, silenciando algum potencial transformador e subversivo que as primeiras histórias da Era de Ouro dos quadrinhos ainda sugeriam<sup>12</sup>.

A tensão existencial contida no elemento narrativo da identidade secreta cresce com a guinada criativa no gênero conduzida por Stan Lee na *Marvel Comics* durante a década de 60. Até então a identidade civil encoberta do super-herói era dissimulada na sua condição fundamental como um acessório entre outros em sua luta contra o crime. Anônimo, mediano, ajustado e funcional, Clark Kent não tinha dramas próprios e desfrutava da segurança do desaperecebido<sup>13</sup>. A *Marvel* desmascarou um homem em perigo por trás do super-herói. Em suas revistas, é um Peter Parker atormentado sob a máscara do Homem-Aranha que se apressa em pôr atrás das grades o Dr. Octopus e conseguir chegar a tempo na prova da faculdade, enquanto se pergunta como vai arranjar dinheiro para pagar o aluguel. Stan Lee dá voz ao homem médio implícito no

---

12 Isso é particularmente notável no caso do Super-Homem e da Mulher-Maravilha. Nas primeiras histórias de Siegel e Shuster, o Homem de Aço era impulsivo, rude e violento, e até mesmo desafiava a imobilidade da lei e da conveniência social para combater políticos corruptos, agiotas e especuladores inescrupulosos (confira-se a respeito em *Superman Crônicas*, V. 1). Em poucos anos de vida editorial se consolida, no entanto, a imagem do escoteiro inofensivo e conservador, cujo código moral prescreve a estrita observância das leis em vigor e a não intervenção nos *status quo* político. Já as primeiras histórias da Princesa Amazona por William Moulton Marston exploravam a liberdade da personagem face aos costumes tradicionais, por exemplo, nos seus trajes cuja sumariiedade era ainda um tanto inovadora para o público de 1942, ou na sua iniciativa mais decisiva no relacionamento com seu par romântico, o Capitão Steve Trevor. Esta postura fica restrita a pena de Moulton e se enfraquece bastante na direção editorial que a *DC Comics* impõe à personagem nos anos seguintes, a ponto de histórias da década de 60, em pleno contexto do debate pela emancipação feminina, retratarem uma Mulher-Maravilha submissa a um Steve Trevor mulhengo e prepotente (confira-se, *Coleção DC 60 Anos*, V. 3: *As Maiores Histórias da Mulher-Maravilha*, p. 10-22 e 90-112). O potencial mais afirmativo e sensual da Mulher-Maravilha tem sido resgatado nos últimos anos. O pendor mais subversivo do Super-homem parece ser o tema da nova abordagem que o personagem recebe no momento por Grant Morrison em produção recente, declaradamente inspirada nas histórias originais de Siegel e Shuster. O posicionamento do super-herói contra os padrões medianos que ele outrora resguardava, assim como a flexibilização do dogma da identidade secreta, são os sinais do esgotamento do gênero, que vou mencionar a seguir.

13 Clark Kent tem, a bem da verdade, um só drama fundamental que é ser menosprezado na predileção feminina, justamente por sua mediocridade. Este desprezo é imediatamente sublimado na aventura em que predileção feminina se apaixona pelo “herói” que ele não é, mas mantém-se em aberto, já que a personalidade mediana lhe é essencial e não pode ser abandonada. Esta dinâmica do super-herói rival de si mesmo pelo amor do par romântico é um clichê constante em quase todos os personagens do gênero até a Era de Prata, o que sugere que este menosprezo assinala de modo crucial o perigo que provocava antes o herói, depois seu exaurimento e, enfim, a contemporânea superação.

super-herói, e deste modo, o tira da segurança em que repousava, escondido de si próprio. Com isso, deu o primeiro passo para a maturidade e o exaurimento da própria superação do herói.

Pois se o herói acusava a indolência da medianidade e o super-herói veio em socorro desta, então cedo ou tarde haveria de denunciar-se neste próprio socorro que a mesma se encontrava sob o velho perigo nunca de todo vencido. A própria superação do herói já não mais contenta, apazígua e cala este perigo, o que sugere que nada mais o possa fazê-lo. Esta denúncia encontrou seu melhor contexto na produção da década de 80, quando as narrativas de super-herói consolidaram temáticas adultas e graves, e questionaram seu próprio papel. A mais importante obra a pôr tal questionamento é *Watchmen*. No seu mundo ficcional, a existência de um só super-herói foi o bastante para fazer a humanidade confrontar-se com seu maior temor. A maturidade do gênero narrativo dos super-heróis chega à tematização do seu próprio exaurimento e deste modo, põe a mostra a insuficiência primordial e crescente que tentara aplacar sem sucesso.

## **6. Conclusão parcial**

Com tais implicações em mente, podemos suspeitar que *Watchmen* seja uma obra de extrema densidade filosófica. A questão que perseguimos até aqui, o perigo do nada que se nos antecipa e nos confronta com a crueldade vazia da singularidade temporal, ganha sua primeira abordagem nas histórias em quadrinhos sob a metáfora do relógio do fim do mundo que se aproxima da meia-noite fatal. Cada um dos protagonistas dá voz a uma posição filosófica peculiar diante desta questão, ou seja, uma posição acerca da possibilidade de ser heroico. Cada um deles é marcado por uma incompletude específica, que não lhes permite entrever todo o sentido da história em que estão inseridos. São heróis num mundo que já lhes recusa o poder restaurador. São, além disso, super-heróis tradicionais, vigilantes mascarados que conduziram seu próprio mundo à surdez inexpugnável e irreversível a tudo o que possa ser ainda significativo. São, afinal, meta-heróis, que se defrontam com a perda de sentido que o herói e a superação do herói hoje nos entregam.

Um exame em pormenor de cada uma destas posições e o diálogo que elas mantém entre si ao longo do enredo desta história merece um tratamento detalhado, que

preciso reservar para um próximo exercício. Uma vez elucidadas e consideradas em todas as suas consequências, tais posições podem nos ajudar a compreender em que estado o super-homem americano nos deixou a questão do perigo de ser.

### **Referencial Bibliográfico:**

- Blattner, William D. **Heidegger's Temporal Idealism**. Cambridge University Press, 2005.
- Brandão, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Volume III. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1989.
- Dreyfus, Hubert L. **Being-in-the-World: a commentary on Heidegger's being and time division I**. Fourth printing. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1993.
- Heidegger, Martin. A Questão da Técnica. In: **Ensaio e Conferências**. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Lógica: a pergunta pela essência da linguagem**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Ser e Tempo**. Tradução revisada e apresentação de Marcia Sá Cavalcante Shuback. Petrópolis: Vozes, 2006.
- Hemeterio. Gadelha Neto, Olinto. **Chibata!** João Cândido e a revolta que abalou o Brasil. 2ª edição. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2009.
- Moore, Alan. Gibbons, David. **Watchmen**. New York: DC Comics, 1986.
- Moulton Marston, W. **As Maiores Histórias da Mulher-Maravilha** (Coleção DC 70 anos, v. 3). São Paulo: Panini, 2008.
- Nietzsche, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia de bolso, 2004 (1886).
- Pessoa, Fernando. **Livro do desassossego**. Lisboa: Relógia d'água, 2008 (1982).
- Siegel, J., Shuster, J. **Superman: Crônicas**. V. 1. São Paulo: Panini, 2007.
- Tugendhat, E.. Heidegger's Idea of Truth. In: **Hermeneutics and Truth**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1994.